

29/03/2001

Brasil – Memorando de Política Econômica

O Brasil encontra-se agora no terceiro ano do Acordo “Stand-by” (SBA) do Fundo Monetário Internacional (o Fundo) aprovado pela Diretoria Executiva do Fundo em 2 de dezembro de 1998. Dois anos de implementação bem-sucedida do programa do governo ajudaram a superar a crise do final de 1998 e início de 1999 e deram vigor ao crescimento econômico com benefícios para a população. Este Memorando de Política Econômica para a sétima avaliação no âmbito do SBA revê o desempenho recente da economia brasileira e o quadro de referência da política que o governo se propõe a seguir durante o período restante do SBA que expira em 1º de dezembro de 2001 e depois.

I. Desempenho Recente da Economia Brasileira

A economia teve um desempenho vigoroso ao longo do ano 2000. O crescimento real do PIB atingiu 4,2 por cento em 2000 com crescimento positivo de todos os componentes da demanda. Do lado da oferta a retomada foi particularmente pronunciada no setor industrial que cresceu 4,8 por cento na média (liderado pela extração mineral e indústria de transformação) e alguns serviços (especialmente comunicações que cresceu 16,9 por cento na média do ano). A produção industrial que cresceu 6,5 por cento em comparação com 1999 mostrou destacado desempenho do setor de bens de consumo duráveis (20,5 por cento) e bens de capital (12,7 por cento).

A retomada da atividade econômica refletiu-se em um forte crescimento do emprego (4,3 por cento na média durante os doze meses encerrados em janeiro de 2001). Dados das seis maiores regiões metropolitanas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para a criação somente nestas áreas de quase 600 mil novos empregos nos doze meses encerrados em janeiro de 2001. Apesar da taxa de participação na força de trabalho ter crescido à medida que as perspectivas de emprego continuaram a melhorar o número de desempregados diminuiu em quase 340 mil nos doze meses encerrados em janeiro de 2001 e a taxa média de desemprego caiu de 7,6 por cento da população economicamente ativa nos doze meses encerrados em janeiro de 2000 para 7,0 por cento nos doze meses encerrados em janeiro de 2001. A taxa média de desemprego entre novembro de 2000 e janeiro de 2001 em particular foi 1,5 pontos percentuais mais baixa que a taxa média verificada no mesmo período do ano anterior.

Houve avanços sistemáticos na redução da taxa de inflação. Após uma aceleração temporária em meados de 2000 como reflexo do ajuste dos preços administrados (incluindo eletricidade telecomunicações tarifas de transportes e preços dos produtos de petróleo) e de condições climáticas adversas que prejudicaram as colheitas sazonais em certos estados a inflação caiu novamente no restante do ano de 2000. Para o ano como um todo os preços ao consumidor (IPCA) subiram 6,0 por cento de janeiro a dezembro cumprindo-se as metas do governo e mantendo-se abaixo dos 8,9 por cento registrados em 1999; o Índice Geral de Preços (IGP-DI) aumentou 9,8 por cento comparados aos 20 por cento em 1999. A diferença entre o IGP-DI e o IPCA aponta para a persistência da evolução dos preços relativos em favor dos bens comercializáveis (que têm um peso maior no IGP-DI em comparação com o IPCA) embora a um ritmo mais moderado do que em 1999. O IPCA de janeiro de 2001 registrou a inflação mais baixa para este mês desde que este índice foi criado há mais de 20 anos atrás; houve alta de 0,57 por cento como reflexo dos ajustes sazonais das tarifas de transportes de anuidades escolares assim como de alguns aumentos de preços dos alimentos.

As contas externas do Brasil continuaram a melhorar em 2000 embora em uma cadência mais lenta do que aquela inicialmente projetada. O déficit comercial caiu de US\$6,6 bilhões em 1998 e US\$1,3 bilhões em 1999 para US\$0,7 bilhão em 2000. Enquanto o volume das exportações registrou um forte desempenho subindo 11 por cento na média (17 por cento para bens manufaturados) o volume das importações teve uma recuperação acentuada aumentando em 13 por cento (24,5 por cento para os bens intermediários). Os preços dos bens primários não relacionados ao petróleo permaneceram deprimidos e dessa forma os termos de troca melhoraram apenas 3 por cento em relação ao baixo nível de 1999. Durante

janeiro e fevereiro de 2001 o saldo comercial registrou um déficit de US\$399 milhões refletindo um aumento contínuo das importações de bens intermediários e de capital assim como a manutenção da pressão dos preços do petróleo.

O saldo em conta corrente fortaleceu-se em 2000. Embora o déficit da conta de serviços do balanço de pagamentos tenha sido ligeiramente maior em termos nominais do que aquele registrado em 1999 o déficit em conta corrente caiu para 4,2 por cento do PIB (US\$24,6 bilhões) em 2000 a partir de um patamar de 4,7 por cento do PIB (US\$ 25,1 bilhões) em 1999. Refletindo o ambiente favorável ao investimento no Brasil e a despeito de alguns atrasos nas privatizações os investimentos estrangeiros diretos (IED) continuaram a crescer atingindo a cifra recorde de US\$30,6 bilhões em 2000 – após ter alcançado US\$30 bilhões em 1999 superando de forma significativa o déficit em conta corrente pelo segundo ano consecutivo. Em janeiro de 2001 o Brasil registrou um déficit em conta corrente de US\$2,3 bilhões o qual foi causado principalmente pelos pagamentos de dividendos e juros enquanto que os IED líquidos atingiram um influxo de US\$ 1,5 bilhões.

A conta de capital do balanço de pagamentos também continuou a melhorar. O fluxo líquido de investimentos em carteira manteve-se em uma tendência moderadamente positiva tendo alcançado US\$2,7 bilhões em 2000 e sendo acompanhado de um significativo influxo líquido de capitais de renda fixa de médio e longo prazos (US\$7,8 bilhões). Os diferenciais de taxa de juros dos títulos soberanos brasileiros em relação às taxas dos títulos do Tesouro Americano (“spreads”) caíram durante o ano de 2000 também ajudados pela melhoria da classificação de risco (ratings) brasileira; atualmente eles flutuam perto da média do índice de referência dos mercados emergentes (composite index). As emissões de títulos soberanos nos mercados internacionais de capitais atingiram US\$12,0 bilhões dos quais US\$6,1 bilhões resultaram de trocas com a finalidade de cancelar títulos “Brady” em circulação.

A dívida externa total caiu para US\$231,5 bilhões ao final de novembro de 2000 (39,7 por cento do PIB estimado) vindo de um patamar de US\$241,5 bilhões (45,6 por cento do PIB) ao final de 1999 sendo que a dívida do setor público decresceu de US\$100,7 bilhões ao final de 1999 para US\$90,4 bilhões. Estas quedas refletiram principalmente os pagamentos efetuados em abril de 2000 em parte adiantados da maior parte dos fundos obtidos no âmbito do pacote de assistência internacional organizado no final de 1998. Como reflexo da rápida expansão de créditos comerciais a componente de curto prazo da dívida externa medida com base nas datas de vencimentos originais aumentou de US\$27,4 bilhões ao final de 1999 para US\$29,0 bilhões ao final de novembro de 2000. Ela porém diminuiu em relação às reservas internacionais líquidas caindo de 115 por cento em novembro de 1999 para 92 por cento no mesmo período em 2000.

A conta de capitais de curto prazo registrou um déficit de US\$6,4 bilhões em 2000 em um momento em que a queda das taxas de juros domésticos reduziu os incentivos para a entrada de capitais especulativos. O saldo geral do balanço de pagamentos registrou um superávit de aproximadamente US\$7,7 bilhões em 2000 e um superávit de US\$2,6 bilhões apenas em janeiro de 2001. As reservas internacionais brutas aumentaram de US\$28,3 bilhões ao final de junho de 2000 para US\$35,6 bilhões ao final de janeiro de 2001 o equivalente a mais de 6 meses de importações de bens e serviços não-fatores e a cerca de 60 por cento da dívida de curto prazo estimada com base nos vencimentos residuais. Nesta data as reservas internacionais líquidas registravam US\$33,8 bilhões ou seja US\$8,8 bilhões acima do piso estabelecido pelo programa do Fundo para dezembro de 2000.

Em 2000 o Brasil teve um desempenho fiscal muito bom em todos os níveis de governo. O superávit primário do setor público consolidado (medido abaixo da linha) alcançou R\$38,2 bilhões em 2000 (3,5 por cento do PIB estimado) R\$1,4 bilhões acima do piso do programa; em janeiro de 2001 o superávit primário atingiu R\$5,6 bilhões cerca de 19 por cento da meta do governo para o período de janeiro a setembro de 2001. O mês de dezembro de 2000 assinalou o nono trimestre consecutivo desde o início do programa em que o Brasil vem cumprindo as metas em relação ao superávit primário consolidado. O déficit geral do setor público (Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP) caiu para o equivalente a 4,6 por cento do PIB em 2000 em comparação com 10,0 por cento do PIB em 1999 enquanto que a dívida pública líquida permaneceu basicamente inalterada em cerca de 49,5 por cento do PIB ao final de 2000. Os resultados fiscais de janeiro de

2001 apresentaram uma NFSP basicamente estável em relação ao PIB (com base em 12 meses) e uma pequena queda da dívida pública líquida para 49,2 por cento do PIB.

A melhoria do superávit primário do setor público concentrou-se fora do governo central. O superávit primário deste nível de governo caiu de 2,4 por cento do PIB em 1999 para 1,9 por cento do PIB em 2000 em consequência das receitas terem sido adversamente afetadas pela ausência de grandes receitas de concessões e pelo repasse incompleto dos aumentos dos preços internacionais do petróleo para os preços domésticos. Os gastos primários em 2000 permaneceram basicamente inalterados em cerca de 16,5 por cento do PIB.

O superávit primário dos estados mais do que dobrou para 0,4 por cento do PIB em 2000. Ele foi ajudado tanto pela retomada da atividade econômica que impulsionou as receitas dos impostos sobre o valor agregado (ICMS) quanto pelos efeitos positivos dos programas de ajustes assinados com o governo federal dentro do contexto dos acordos de reestruturação da dívida de 1998/1999.

O superávit primário dos municípios também quase dobrou para 0,1 por cento do PIB em 2000 não obstante as eleições municipais de outubro de 2000 refletindo principalmente a melhoria da gestão fiscal que tornou-se possível a partir da sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, o governo federal já concluiu acordos de reestruturação de dívidas com cerca de 180 municípios (incluindo o município de São Paulo e o do Rio de Janeiro) o que juntamente com a aplicação sistemática da Lei de Responsabilidade Fiscal deverá contribuir para a manutenção da disciplina fiscal a nível municipal nos anos vindouros.

A melhoria do superávit primário das empresas estatais de 0,7 por cento do PIB em 1999 para 1,1 por cento do PIB em 2000 refletiu ganhos em todos os níveis de governo. Todavia, os ganhos foram mais pronunciados nas empresas federais particularmente na Petrobras que se beneficiou do impacto dos altos níveis dos preços internacionais do petróleo sobre o lucro bruto da empresa o que mais do que compensou os altos investimentos feitos na exploração de petróleo na construção de novas usinas termelétricas e no aumento da atual capacidade de produção.

A bem sucedida gestão da dívida do governo também refletiu-se em significativas melhoras na estrutura da dívida mobiliária interna do Governo Federal. A participação de títulos com taxas pré-fixadas no total desta dívida aumentou de 9 por cento no final de 1999 para 16 por cento em janeiro de 2001 enquanto que a participação da dívida atrelada à taxa SELIC caiu de 61 por cento para 51 por cento. Por sua vez, os títulos remunerados pela variação cambial tiveram no mesmo período sua participação reduzida de 24 por cento para 22% em janeiro de 2001 e aqueles indexados ao IGP aumentada de 2 por cento para quase 7 por cento. Nos doze meses encerrados em janeiro de 2001 o vencimento médio da dívida cresceu em quase dez meses para 18,2 meses. No início de 2001 o governo emitiu dois títulos de 30 anos indexados à inflação totalizando R\$7 bilhões e conseguiu emitir no mercado pela primeira vez desde a crise asiática do final de 1997 um volume apreciável de títulos com juros pré-fixados e vencimento inicial de 24 meses ou mais.

O governo continuou em 2000 a implementar embora a num ritmo mais lento o seu programa de privatização que já resultou na venda de ativos totalizando mais de US\$100 bilhões. O governo decidiu rever o seu modelo de privatização para uma das principais empresas de geração de eletricidade (Furnas) a fim de facilitar a aquisição de ações por parte de pequenos investidores. Ele também prosseguiu com os seus esforços para reestruturar os bancos oficiais estaduais. Em outubro de 2000 o Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) foi privatizado com sucesso por um total de R\$1,6 bilhão; em novembro de 2000 a maioria das ações com direito a voto do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) foi vendida ao espanhol Banco Santander Central Hispânico (BSCH) por cerca de R\$7 bilhões.

A condução da política monetária pelo Banco Central (BCB) continuou sendo cautelosa dentro do quadro de metas de inflação. A taxa de juros de referência (SELIC) foi mantida de 20 de julho a 20 de dezembro de 2000 em 16,5 por cento ao ano primordialmente em virtude das condições instáveis dos mercados internacionais e do impacto potencial dos altos preços do petróleo sobre os preços ao consumidor. Em vista da perspectiva de

melhora da inflação doméstica e em conformidade com as expectativas do mercado a taxa foi subseqüentemente reduzida em duas etapas consecutivas para o patamar de 15,25 por cento em 17 de janeiro de 2001 e tem sido mantida constante desde então.

Ao mesmo tempo o BCB procurou facilitar a redução das ainda altas taxas de empréstimos bancários através de entre outras ações a redução dos altos níveis das reservas compulsórias sobre depósitos bancários e o fortalecimento do sistema de classificação de risco dos empréstimos bancários. Conforme indicado no último relatório mensal do BCB sobre taxas de juros e “spreads” bancários isto traduziu-se na queda da taxa média anualizada de empréstimos bancários do nível de 62 por cento em dezembro de 1999 para 49 por cento em janeiro de 2001 (de 40 por cento para 33 por cento para as empresas) e da média dos “spreads” dos empréstimos bancários em quase 10 pontos percentuais durante o mesmo período. A aprovação da nova Lei de Falências proposta pelo governo atualmente em discussão no Congresso que junto a outras medidas legislativas visa facilitar a exigência do colateral dado como garantia deverá estimular ainda outras reduções nos “spreads” dos empréstimos bancários.

A queda das taxas de juros para empréstimos contribuiu para uma retomada de vários segmentos do crédito bancário para o setor privado. O estoque de empréstimos bancários cresceu 10,5 por cento nos 12 meses encerrados em dezembro de 2000 com um aumento particularmente forte em alguns segmentos especialmente do crédito para pessoa física. A melhora do ambiente econômico refletiu-se na queda significativa da participação dos empréstimos em atraso por mais de 180 dias que declinou dos 10 por cento observados em março de 2000 para 6 por cento em dezembro de 2000. As provisões bancárias ao final de dezembro de 2000 superavam R\$22 bilhões equivalendo a 1,2 vezes os empréstimos em atraso por mais de 180 dias com as instituições do setor privado como um todo mantendo um nível de provisões acima do nível mínimo obrigatório.

O BCB continuou também a fortalecer o sistema financeiro brasileiro seus instrumentos de supervisão assim como a transparência em geral. Os preparativos para a introdução de um sistema de liquidação em tempo real para melhorar a liquidação de contratos de pagamentos e reduzir significativamente os riscos de inadimplência têm avançado com o objetivo de tornar o sistema inteiramente operacional em outubro de 2001. Também tem avançado a operacionalização do sistema de compensação destinado às operações em moedas estrangeiras no mercado de futuros (BM&F). A supervisão bancária continua sendo fortalecida em cooperação com as diversas autoridades supervisoras e a transparência das operações do BCB continua a aumentar. Neste sentido o BCB pretende colocar em disponibilidade até o final do corrente ano um manual de procedimentos de supervisão bancária que será acessível ao público através do endereço eletrônico do Banco na Internet. Também está em andamento um aprimoramento no quadro de supervisores com a finalidade de garantir melhor supervisão in loco dos grandes conglomerados financeiros assim como a especialização dos funcionários. No que tange à supervisão à distância o BCB já vem consolidando em relatórios de acompanhamento semanais as informações de alta frequência enviadas por todos os bancos e está aperfeiçoando novos modelos analíticos. O BCB está também realizando uma revisão profunda dos mecanismos de empréstimos aos produtores agrícolas às micro empresas e à habitação com a finalidade de facilitar o acesso ao crédito e fortalecer os mecanismos prudenciais associados a operações de crédito. Já há algum tempo o BCB também vem publicando as minutas de seu Comitê de Política Monetária (COPOM) uma semana após cada reunião deste comitê e divulgando de forma ampla notas mensais à imprensa que detalham os resultados das políticas seguidas nas principais áreas macroeconômicas. Tudo isto complementa a vasta gama de informações e dados que o BCB coloca à disposição do público em seu endereço eletrônico na Internet. O BCB está prestes a concluir auditorias detalhadas dos principais bancos federais e está definindo em cooperação com o Ministério da Fazenda uma estratégia apropriada para o fortalecimento destes bancos.

II. POLÍTICAS E PERSPECTIVAS PARA 2001

A agenda econômica para 2001 objetiva promover a consolidação da retomada econômica a continuação do crescimento do emprego e uma melhora sustentável dos padrões de vida da maioria da população brasileira—em particular daqueles grupos de menor renda em um ambiente de inflação baixa e declinante. Em um ambiente internacional sujeito a grandes

incertezas a busca simultânea destes objetivos requer uma gestão flexível das políticas macroeconômicas e um firme compromisso do governo de manter uma implementação ininterrupta de sua agenda de reformas estruturais. Isto por sua vez deverá fortalecer ainda mais a confiança do mercado e facilitar o financiamento sem sobressaltos do déficit externo em conta corrente.

A estratégia macroeconômica está centrada na manutenção de um substancial superávit primário do setor público consolidado (3 por cento do PIB) em 2001 o que juntamente com quedas adicionais das taxas de juros deverá permitir uma ampla estabilização da dívida pública líquida em relação ao PIB. A política monetária deverá concentrar-se na promoção de uma queda ainda maior da taxa de inflação dos preços ao consumidor (IPCA) para cerca de 4 por cento ao final do ano com a taxa de câmbio devendo continuar a flutuar livremente. A agenda das reformas estruturais deverá centrar-se nas propostas de reformas da previdência social e do sistema tributário das instituições monetárias e financeiras e da governança societária. O governo deverá também desenvolver esforços no sentido de continuar a implementação de seu programa de privatização.

Em um ambiente internacional relativamente benigno estas políticas devem facilitar a consecução de uma taxa real de crescimento do PIB de cerca de 4 5 por cento neste ano liderada pela atividade industrial e um forte desempenho da agricultura onde se espera uma grande safra de mais de 90 milhões de toneladas para este ano. Estima-se que o crescimento dos investimentos em equipamentos ultrapasse aquele dos gastos em consumo na esteira das recentes quedas nas taxas de juros para empréstimos do forte crescimento dos lucros e da diminuição da capacidade ociosa; os investimentos na construção civil também deve se acelerar em 2001. O contínuo fortalecimento da atividade econômica deverá refletir-se em um crescimento sustentável do emprego e uma queda adicional da taxa de desemprego. Espera-se que os ganhos de produtividade facilitem uma moderação dos custos unitários do trabalho assim como a consecução das metas de declínio da inflação além de uma recuperação adicional dos salários reais.

O saldo comercial real deverá mostrar alguma deterioração em 2001 refletindo em parte o impacto de um arrefecimento da demanda externa sobre as exportações. Entretanto ainda projeta-se que as exportações venham a conseguir ganhos de participação no mercado internacional significativos como resultado de maiores avanços de competitividade devidos em parte a um enfraquecimento do dólar norte-americano frente ao Euro e a medidas recentes para facilitar o acesso das empresas brasileiras aos mercados externos. Espera-se que as importações continuem a crescer em um ritmo sustentado e que os termos de troca melhorem moderadamente refletindo a queda projetada dos preços internacionais do petróleo e alguma recuperação dos preços dos bens primários não relacionados ao petróleo. No geral o saldo comercial poderá apresentar um modesto déficit em 2001. O déficit em conta corrente da balança de pagamentos também deverá aumentar um pouco para cerca de US\$27 bilhões ou 4 5 por cento do PIB. Os investimentos estrangeiros diretos devem cobrir mais de 80 por cento do déficit em conta corrente apesar de projetar-se uma diminuição desses influxos.

Outros fluxos líquidos de capital devem também permanecer com um saldo positivo refletindo a melhoria da posição do Brasil nos mercados internacionais de capitais. Em janeiro de 2001 o Brasil efetuou duas emissões bem-sucedidas de títulos internacionais totalizando US\$ 2 5 bilhões e cobrindo 60 por cento dos US\$4 2 bilhões necessários à rolagem da dívida pública externa para o corrente ano. Em fevereiro o Tesouro anunciou sua intenção de comprar US\$100 milhões por mês diretamente no mercado à vista (ao invés de utilizar-se das reservas internacionais do BCB) para o pagamento dos juros de sua dívida externa em 2001 tendo estas compras já alcançado o montante de US\$260 milhões em janeiro de 2001.

O balanço de pagamentos como um todo deverá apresentar um pequeno superávit de aproximadamente US\$2 bilhões em 2001 permitindo um aumento das reservas internacionais líquidas (RILs) que deverão portanto permanecer bem acima do piso de US\$ 25 bilhões previsto no programa para março-novembro de 2001 conforme estipulado no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo. Supondo que nenhuma outra parcela do SBA seja sacada as reservas internacionais brutas ao final de 2001 deverão permanecer em um nível equivalente a mais de 5 5 meses de importações de bens e serviços

não-fatores e a quase dois terços do total da dívida de curto prazo com base nos vencimentos residuais.

O orçamento do governo central para 2001 que ao contrário do orçamento de 2000 foi aprovado pelo Congresso antes do início do ano visa assegurar a continua consolidação das finanças públicas e viabilizar a agenda social do governo. Desta forma o orçamento prevê por um lado a manutenção de um saldo primário equivalente a cerca de 2 por cento do PIB enquanto que por outro permite uma significativa expansão das despesas com educação saúde aposentadoria mínima desenvolvimento rural assim como a criação de um fundo de alívio para a pobreza de R\$3 1 bilhões o qual deverá centrar-se em programas de apoio à renda vinculados à educação e no saneamento básico em áreas pobres.

Estes aumentos de despesas sociais deverão ser facilitados por um forte e sustentado crescimento de receitas decorrente da vitalidade da demanda da melhora na capacidade de arrecadação dos impostos — particularmente em consequência da aprovação pelo Congresso de legislação destinada a coibir a sonegação e evasão de tributos — e de um modesto aumento (0 08 pontos percentuais) da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras. O orçamento também prevê um aumento das receitas de concessões particularmente daquelas associadas ao uso de novas bandas de frequências hertzianas. A aprovação em novembro de 2000 de um mecanismo trimestral automático de ajustes dos preços domésticos dos produtos de petróleo deverá também oferecer uma melhor previsibilidade do superávit da conta petróleo (PPE). O governo continuará a monitorar de perto a evolução das receitas durante o ano e a ajustar os limites de gastos mensais alocados aos diversos ministérios a fim de assegurar um resultado compatível com os R\$29 45 bilhões (2 45 por cento) correspondentes ao superávit primário combinado do governo central e das empresas federais decorrente da meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001.

Os estados e municípios deverão também continuar a consolidação de suas finanças em 2001 produzindo um superávit primário equivalente àquele registrado em 2000 ou cerca de 0 55 por cento do PIB. A maioria dos estados e municípios deverá continuar os seus esforços no sentido de reduzir o seu endividamento e suas despesas com pessoal como proporção das receitas em conformidade com os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Alguns estados deverão também promover esforços adicionais no que se refere à privatização de suas empresas incluindo os setores de energia e de utilidade pública assim como de bancos oficiais.

O superávit primário das empresas públicas deverá alcançar cerca de 0 5 por cento do PIB provavelmente declinando em relação ao seu nível recorde de 2000 em virtude principalmente dos reflexos adversos sobre as finanças da Petrobras da queda prevista para os preços internacionais do petróleo. Em geral — pressupondo quedas adicionais das taxas de juros e dos “spreads” da dívida soberana do Brasil e a estabilização da taxa de câmbio — a NFSF deverá cair para cerca de 3 5 por cento do PIB e a dívida pública líquida deverá crescer ligeiramente para 49 7 por cento do PIB depois dos ajustes associados às receitas de privatizações e à securitização dos passivos não registrados conforme indicado no MTE anexo.

O governo deverá continuar os esforços para aumentar a participação dos títulos com taxas pré-fixadas na dívida federal interna reduzir aquela dos títulos indexados à taxa de câmbio assim como alongar os vencimentos médios das emissões. Deverá também desenvolver esforços a fim de melhorar a estrutura da dívida externa federal através do alongamento de sua duração da suavização do seu perfil de amortizações e da diversificação da combinação (mix) de moedas em que ela é denominada.

O governo está empenhado a avançar com as reformas estruturais em 2001 no que o governo julga ser importante para melhorar a qualidade e a equidade e a sustentação do ajuste fiscal já alcançado até o momento. Desta forma o governo deverá continuar a trabalhar no sentido de rapidamente conseguir a aprovação junto ao Congresso de legislação já em discussão lá relativa aos fundos de pensão à introdução da contribuição para a previdência social por parte dos servidores públicos aposentados e aos dois textos restantes da legislação destinada a implementação da reforma administrativa: a lei regulamentando a demissão de servidores públicos que gozam do instituto da estabilidade em virtude de

desempenho inadequado e a emenda constitucional que fixa limites de remuneração para os servidores públicos. O governo deverá também agilizar a proposta de reforma dos tributos indiretos mediante emenda constitucional que fixe uma legislação nacional uniforme para o ICMS e da tributação explícita para os produtos de petróleo que substitua os impostos implícitos incorporados na conta petróleo (PPE) a partir do final de 2001 quando está prevista a completa liberalização dos produtos de petróleo no mercado interno. Além disto o governo está procurando através de legislação ordinária rever os principais impostos e contribuições federais indiretas com a finalidade de reduzir seus efeitos em cascata e eliminar o seu viés contra as exportações. O governo prossegue também com seus esforços para melhorar a gestão dos gastos públicos por meio do plano plurianual (PPA) além de aprimorar o processo da formulação e execução orçamentárias.

A política monetária deverá continuar a ser conduzida dentro do quadro de metas de inflação com o fito de reduzir a inflação do IPCA para 4 por cento ao final do ano em conformidade com a meta central fixada pelo governo. Conforme indicado no MTE anexo foi fixada no âmbito do programa uma trajetória trimestral da inflação consistente com a meta do final do ano de acordo com um procedimento iniciado em 2000. O BCB tem a intenção de continuar a troca periódica de apreciações com os técnicos do Fundo sobre a evolução da política monetária.

O BCB está planejando diversas medidas adicionais para ampliar a estrutura de regulamentação dos bancos e o sistema de supervisão à distância (detalhadas no MTE anexo). O BCB também está considerando a possibilidade de participar do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (PASF) beneficiando-se da avaliação anterior da “Observância dos Princípios Básicos de Basiléia” realizada com a assistência do FMI e do Banco Mundial.

Além disto o governo pretende propor em breve um projeto de lei para fortalecer a supervisão dos mercados de capitais através da unificação dos diversos órgãos reguladores que atuam nesta área em um único órgão. O governo pretende ainda continuar a trabalhar junto com o Congresso com o objetivo de aprovar o projeto da Lei das S/A que tem por finalidade melhorar a transparência e a governança societária.

A promoção da integração regional e a coordenação de políticas no âmbito do Mercosul permanece como uma alta prioridade na agenda política do governo. Um marco importante foi alcançado com a adoção em dezembro de 2000 de metas macroeconômicas e fiscais comuns entre os membros do Mercosul além de Chile e Bolívia as quais foram ratificadas pelos presidentes destes seis países. Este acordo deverá promover uma maior convergência macroeconômica assim como reduzir os riscos de instabilidade financeira na região. Outrossim o Brasil permanece comprometido com a liberalização multilateral do comércio dentro do contexto de negociações de bases amplas que incluam o comércio de produtos agrícolas. O Brasil concordou em dezembro com os seus sócios do Mercosul em reduzir a sobretaxa de 3 por cento sobre a tarifa externa comum do Mercosul em 0,5 ponto percentual no início de 2001 e de eliminá-la gradualmente até o final de 2002.

O Brasil tem obtido avanços substanciais com respeito a suas estatísticas e já cumpre todos os requisitos para se integrar ao Padrão Especial de Disseminação de Dados (PEDD). Outros avanços deverão ser obtidos no decorrer de 2001 especialmente com respeito à preparação trimestral das contas nacionais pelo lado da demanda no desenvolvimento de um índice de preços do produtor e na definição dos agregados monetários que se aproximem mais das práticas internacionais conforme indicado no MTE anexo.

Em resumo o desempenho do Brasil no âmbito do SBA tem sido extraordinariamente bem-sucedido. O governo mantém um compromisso absoluto com os objetivos e políticas do programa e com um permanente estreito e construtivo diálogo com o Fundo. A oitava e derradeira avaliação do programa deverá ser conduzida mais perto do final do ano antes do término do SBA em 1º de dezembro de 2001.

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/fmimte06.asp>

Ajuste Fiscal